



SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
Conselho Fiscal

Rua Boa Vista, 236, 8º andar - meio - São Paulo/SP - CEP 01014-000
Telefone: - www.sptrans.com.br

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A - SPTrans
CNPJ 60.498.417/0001-58 NIRE 3530001471-5

CONSELHO FISCAL
Ata da Reunião Ordinária n.º 001/2026

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho
Fiscal da São Paulo Transporte S/A,
realizada em 27 de janeiro de 2026.**

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às dez horas, em sessão realizada por videoconferência, em atendimento às exigências contidas no Parágrafo Único do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; aos Pronunciamentos manifestados e às Interpretações, Orientações e Revisões igualmente emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); às diretrizes estabelecidas no Artigo 163 d a *Lei Federal nº 6.404*, de 15 de dezembro de 1976, que rege as Sociedades Anônimas; e às regras instituídas pela *Lei Federal nº 13.303*, de 30 de junho de 2016, intitulada Lei de Responsabilidade das Estatais, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Companhia, os quais subscrevem esta ata.

Estiveram presentes os membros do Conselho Fiscal: o Sr. Enzo Lucio Ondei, Presidente do Conselho Fiscal; o Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues, Membro do Conselho Fiscal; a Sra. Adriana Azevedo Pannunzio, Membro do Conselho Fiscal; o Sr. Carlos Roberto Ruas Junior, Membro do Conselho Fiscal; e o Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo, Membro do Conselho Fiscal.

Visando ao cumprimento da respectiva pauta, também participaram da reunião: o Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli, Diretor de Administração e de Infraestrutura; o Sr. Caio Augusto Moraes Forjaz, Superintendente Jurídico; a Sra. Selma Quaresma da Silva, Superintendente Financeira; o Sr. Filipe Ferreira Domenes, Superintendente de Recursos Humanos; a Dra. Lucia Helena Rodrigues Capela, Responsável pela Assessoria Técnico-Jurídica; a Dra. Valéria Maria de Campos, Gerente Trabalhista; o Sr. Antônio Donizete dos Santos Filho, Gerente Cível; o Sr. Cláudio Roberto Rodrigues, Gerente Contábil (Interino); o Sr. Sebastião Pereira Ramos, Gerente de Auditoria Interna (Interino); a Sra. Graziely de Sousa Gomes, Representante da Gerência de

Auditoria Interna; a Sra. Suzi Meire Cavalcante de Andrade, Representante da Gerência de Auditoria Interna; e o Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho, Representante do Secretariado do Conselho Fiscal e responsável pela lavratura da presente ata.

Abertura da Reunião, Verificação do Quórum e Considerações Preliminares

- Com o aval do **Sr. Enzo Lucio Ondeí**, Presidente do Conselho Fiscal, o **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho**, Representante do Secretariado do Conselho Fiscal, declarou aberta a primeira reunião ordinária do Conselho Fiscal do ano de 2026. Verificado o quórum necessário, a reunião foi iniciada e, não havendo considerações preliminares, os participantes passaram à apresentação dos itens da pauta:

1. Apresentação e Boas-vindas aos Novos Conselheiros Fiscais

- **Apresentação dos Novos Membros:** O **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho** iniciou a reunião e passou a palavra para a apresentação dos novos membros. O **Sr. Carlos Roberto Ruas Junior** apresentou-se, informou que atuava como Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento e colocou-se à disposição para colaborar com a Companhia. Em seguida, o **Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo** apresentou-se como Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento, mencionou sua experiência prévia em conselhos fiscais de outras empresas municipais e manifestou o desejo de contribuir com a SPTrans. O Presidente, **Sr. Enzo Lucio Ondeí**, deu as boas-vindas a ambos.

3. Verificação de Informações a Respeito do Passivo Contingente e Ações Judiciais (Panorama/Blocos) *(Item adiantado em relação à pauta original)*

- **Apresentação do Passivo Contingente Trabalhista:** A **Dra. Valéria Maria de Campos** apresentou o passivo trabalhista, explicando que as despesas foram classificadas em "Conta Gestão" (ações em que a SPTrans foi envolvida diretamente) e "Conta Sistema" (processos do sistema de transporte), divididas nos riscos provável, possível e remoto. Informou que a "Conta Gestão" possuía **211 processos** classificados como "provável/precatório" (cerca de **R\$ 71 milhões**), sendo a maioria de ex-empregados ou de terceirizadas do passado, e que já estão aguardando ou a expedição do ofício ou o pagamento. Destacou que as condenações e responsabilidade subsidiária diminuíram significativamente devido à atual fiscalização sistematizada dos contratos de terceirizadas pela área trabalhista. Também relatou que a "Conta Sistema" possui **43 processos**, muitos deles antigos, classificados como "provável/precatório" no montante de **R\$ 17 milhões** a serem quitados.
- **Esclarecimento sobre os Pagamentos de Precatórios:** a **Dra. Lucia Helena Rodrigues Capela** informou que os pagamentos de precatórios são realizados

pela Prefeitura, entrando no mapa orçamentário. Também relatou que, após o pagamento pela Prefeitura, a dívida da “Conta Gestão” é reclassificada na contabilidade para “Crédito de Acionista”.

- **Ações de Regresso e Procedimento Contábil:** O **Sr. Enzo Lucio Ondei** questionou sobre a possibilidade de ações de regresso contra as concessionárias nos casos de responsabilidade subsidiária. A **Dra. Valéria** informou que, após o trânsito em julgado, os processos eram enviados à área cível para cobrança regressiva, embora a execução fosse difícil em casos antigos devido a falências de empresas do passado. O **Sr. Enzo** solicitou detalhes sobre o procedimento interno entre o jurídico e a contabilidade para fazer os registros contábeis pertinentes. A **Dra. Valéria** explicou que há comunicação trimestral entre os setores e que relatórios atualizados eram enviados trimestralmente para os devidos registros. O **Sr. Cláudio Roberto Rodrigues** esclareceu que os precatórios pagos pela Prefeitura passavam a ser registrados como "Crédito de Acionista" no balanço, totalizando **R\$ 10 milhões** em novembro.
- **Compensação de Dívida com Acionista (Prefeitura):** o **Sr. Enzo** questionou se havia alguma diretriz a respeito do que fazer com o saldo existente em “Crédito de Acionista”. A **Dra. Lucia Helena** mencionou que existe um planejamento para baixar o valor da dívida com a Prefeitura por meio da compensação com um precatório de repetição de indébito de IPTU (cerca de **R\$ 25 milhões**).
- **Lições Aprendidas e Medidas Preventivas:** O **Sr. Enzo** perguntou sobre o aprendizado preventivo gerado pelas ações. A **Dra. Valéria**, a **Dra. Lucia Helena** e o **Sr. Filipe Ferreira Domenes** explicaram que a empresa implementou melhorias, como a exigência de motivação para demissões, Plano de Demissão Voluntária sistematizado/normatizado, criação de normas pela área de segurança do trabalho (evitando passivos por adicional de periculosidade), regulamentação do teletrabalho e manutenção do PMSO (Programa Médico de Saúde Ocupacional) e do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos).
- **Divergência de Valores no Passivo Contingente:** Fazendo uso da palavra, o **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** mencionou que os valores registrados no balancete de novembro de 2025 como "Passivos Contingentes", classificados como "prováveis" (ações judiciais cíveis e trabalhistas, "Conta Gestão"), apresentavam uma diferença de **R\$ 102 milhões**, quando comparados com os valores contidos em uma planilha utilizada pelo Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município (DECAP) para fins de controle do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. O **Sr. Cláudio Roberto** e a **Dra. Lucia Helena** esclareceram que a diferença apresentada se referia a uma contingência tributária provisionada pela contabilidade por recomendação do Conselho de Administração, oriunda de créditos tributários antigos, compensados junto à Receita Federal, valores estes que ainda aguardavam homologação. Diante dos esclarecimentos apresentados, o **Sr. Adolfo** sugeriu que, em futuras apresentações, o jurídico utilize sua planilha de formatação, o que simplificará a

conciliação com as informações apresentadas no balanço.

- **Apresentação do Passivo Contingente Cível:** O **Dr. Antônio Donizete dos Santos Filho** começou expondo os dados cíveis da "Conta Gestão". Detalhou que no risco "provável/precatório" havia **R\$ 277 milhões**, compostos, em sua maioria, por um processo de uma empresa de informática do passado e outras ações antigas referentes a acidentes de trânsito envolvendo veículos da SPTrans. Explicou que o valor elevado na categoria "remoto" (mais de **R\$ 1 bilhão**) se devia a uma única ação movida por um instituto em razão de um vazamento de dados ocorrido em 2020; a SPTrans já obteve decisão favorável em primeira instância, julgando extinto o processo, mas a parte autora recorreu. Na "Conta Sistema", a maioria das ações de alto valor, classificadas em "provável" e "provável/precatório", provinha de cobranças de remuneração da época da *Lei nº 11.037/91*, sendo todas antigas. Já as ações de menor valor, referem-se ao Bilhete Único e ao Atende+.
- **Definição de Periodicidade para Relatórios do Jurídico e do TCM:** O **Sr. Enzo**, o **Sr. Adolfo**, o **Sr. Vicente Affonso**, a **Sra. Adriana Azevedo Pannunzio** e a **Dra. Lucia Helena** debateram a periodicidade de apresentação. Em observância às diretrizes do Comitê de Governança das Entidades da Administração Indireta (COGEAI), definiu-se que a prestação de contas do passivo contingente (trabalhista, cível e tributário) e recomendações extraordinárias do Tribunal de Contas do Município (TCM) ocorreria trimestralmente. Quanto ao Relatório Anual de Fiscalização (RAF) do TCM, acordou-se uma apresentação anual no mês de julho, englobando a análise do RAF de dois exercícios anteriores (com as providências tomadas) e a ciência do RAF do exercício imediatamente anterior (caso já recebido).
- **Liberação de Apresentadores:** Não havendo mais dúvidas por parte dos senhores conselheiros, a **Dra. Valéria Maria de Campos** e o **Dr. Antônio Donizete dos Santos Filho** foram liberados.

2. Relatório Analítico de Passivo Atuarial

- **Apresentação do Benefício Pós-Emprego da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC):** O **Sr. Filipe Ferreira Domenes** apresentou os dados do plano de complementação de aposentadoria restrito aos ex-empregados da antiga CMTC (grupo fechado). Apontou que a responsabilidade da estrutura financeira do benefício é da Prefeitura, cabendo à SPTrans a gestão e intermediação dos recursos. Informou que o valor presente da obrigação atuarial é de **R\$ 115,86 milhões** (total em 31/12/2025), havendo ganhos atuariais de **R\$ 50,35 milhões** no período por conta da redução da população assistida. O **Sr. Filipe** relatou que a provisão projetada para 2026 é de **R\$ 11,6 milhões**. O grupo contava com **740 participantes** com idade média de 88 anos, e apenas dois funcionários na ativa com idade média de 71 anos. O **Sr. Enzo** estimou, com base na mortalidade histórica recente, que o passivo seria extinto em cerca de

quatro a cinco anos. Com base no histórico de óbitos, o **Sr. Filipe** estimou a extinção em três anos e meio, embora o **Sr. Adolfo** tenha levantado que a sobrevivência esperada para uma pessoa de **70 anos** é maior (15 a 18 anos), e que existem pensionistas mais jovens.

- **Passivo Atuarial de Determinações Judiciais da SPTrans:** A **Dra. Lucia Helena Rodrigues Capela** apresentou o passivo atuarial da SPTrans referente às indenizações vitalícias (92 casos de acidentes de trânsito antigos da época da CMTC e 4 de acidentes de trabalho da SPTrans) no total de **R\$ 20 milhões**. Esclareceu que este passivo não é um benefício pós-emprego e é resultado de determinações judiciais.
- **Esclarecimento sobre Pensões Judiciais Cíveis:** O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** apontou uma inconsistência, informando ter recebido no DECAP o relatório atuarial de **R\$ 20 milhões**, encartado no processo como se fosse benefício previdenciário (que é responsabilidade da Prefeitura). A **Dra. Lucia Helena** confirmou que o relatório anexado ao SEI e enviado ao DECAP foi apenas o referente aos aposentados (com 742 beneficiários no valor de **R\$ 115,86 milhões**) e não o das pensões judiciais (com 96 beneficiários no valor de **R\$ 20 milhões**).
- Não havendo mais dúvidas por parte dos senhores conselheiros, a **Dra. Lucia Helena Rodrigues Capela** e o **Sr. Filipe Ferreira Domenes** foram liberados.

4. Exame do Balancete referente ao mês de novembro de 2025

- **Apresentação e Análise Preliminar:** O **Sr. Cláudio Roberto Rodrigues** apresentou o balancete de novembro de 2025, destacando os itens de maior atenção em verde. Informou que não foram observadas grandes variações atípicas em relação aos meses anteriores, e que as oscilações mensais habituais já estavam explicadas na documentação por meio de *links* explicativos.
- **Esclarecimento sobre a Receita Extraordinária na Demonstração de Valor Adicionado:** O **Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues** questionou **R\$ 50 milhões** na composição de Receita Extraordinária de **R\$ 108 milhões**, informando que **R\$ 58 milhões** eram oriundos da ação de repetição de indébito. O **Sr. Cláudio Roberto** explicou que os **R\$ 50 milhões** se diluíam em diversas receitas menores, como venda de bilhete escolar, reembolso do custo de bilhetagem e levantamento de alvarás, sem nenhum item individualmente relevante.
- Não havendo mais dúvidas por parte dos senhores conselheiros, o **Sr. Cláudio Roberto Rodrigues** foi liberado.

5. Apresentação do Relatório de Execução do Orçamento Financeiro de novembro e dezembro de 2025

- **Apresentação de Dados Físicos e Financeiros:** A **Sra. Selma Quaresma da Silva** exibiu a execução orçamentária do fechamento do ano. Relatou que a SPTrans encerrou o ano com uma queda de **2%** no número de passageiros catracados em relação a 2024, apresentando uma média de cerca de **7 milhões** de passageiros em dias úteis. Quanto à composição tarifária, o Bilhete Único Comum representou a maior parte (**40%**), seguido pelo Vale Transporte (**24%**), notando-se também uma tendência de alta no uso de bilhetes por passageiros idosos (**60 anos ou mais**) desde a pandemia.
- **Efeitos de Ações no Transporte aos Domingos:** A **Sra. Selma** continuou a apresentação dos dados, destacando que aos domingos, devido ao "Domingão Tarifa Zero" e aos ônibus gratuitos para o "Natal Iluminado" e o "Paulistar", a SPTrans registrou uma média elevada de passageiros, encerrando o ano com **3 milhões** de pessoas aos domingos.
- **Detalhamento Financeiro da Conta Sistema:** a **Sra. Selma** relatou que a receita do sistema subiu no mês de dezembro, totalizando **R\$ 428 milhões**, o que coincidiu com o anúncio do aumento da tarifa na última semana do ano, embora a área técnica não tenha apurado definitivamente se o aumento decorreu da corrida por recarga de bilhetes ou apenas do movimento natural da cidade.
- **Esclarecimento sobre a Diferença entre Conta Sistema, Conta Gestão e Convênios:** O **Sr. Enzo** solicitou à **Sra. Selma** que explicasse as diferenças entre as contas para contextualizar os novos membros, **Sr. Carlos Roberto Ruas Junior** e **Sr. Vicente Affonso Oliveira Calvo**. A **Sra. Selma** explicou que a SPTrans atua em três frentes principais. A primeira é a *Conta Sistema*, na qual a SPTrans não tem relação direta contratual com as concessionárias (o contrato é com a Secretaria de Transportes), mas faz a gestão financeira do sistema de transporte. Informou que a SPTrans paga diariamente às concessionárias cerca de **R\$ 30 a 40 milhões**; e realiza o planejamento, a operação e a fiscalização do sistema de transporte por conta da *Lei nº 13.241/01*. Esclareceu que a *Conta Sistema* teve custo de **R\$ 12 bilhões** em 2025, dos quais **R\$ 5 bilhões** referem-se à arrecadação tarifária, e **R\$ 7 bilhões**, à compensação tarifária (subsídio complementar). A segunda é a *Conta Gestão*, que se refere à SPTrans como empresa institucional e administrativa, remunerada pela Secretaria de Transportes por meio de contrato de gestão para prestação de serviços ao sistema de transporte (**R\$ 327 milhões** em 2025), além de possuir receitas próprias oriundas de taxas do Bilhete Único e aluguéis de antigas garagens da CMTC (cerca de **R\$ 2 milhões** por mês). A terceira refere-se aos *Convênios* para execução de obras, investimentos, corredores de ônibus, manutenção e Parcerias Público-Privadas (PPPs), com dotações específicas e vinculadas. O **Sr. Enzo** agradeceu a explicação pormenorizada.
- **Detalhamento dos Desembolsos e Recebimentos de Dezembro:** A **Sra. Selma** detalhou que o repasse de compensação tarifária em dezembro foi

excepcionalmente alto (**R\$ 815 milhões**). Esclareceu que o aumento foi devido ao pagamento de uma parcela referente a revisão quadrienal dos contratos de concessão, realizado em 11 de dezembro, no valor de **R\$ 327 milhões**. Apontou que, por esse motivo, o desembolso total em dezembro foi de **R\$ 1,398 bilhão**.

- **Utilização da Conta Multas para Composição do Sistema:** A Sra. Selma explicou que a SPTrans possui uma conta onde são depositados os valores de multas aplicadas às concessionárias. Relatou que, conforme decreto autorizador, e após alinhamento do **Dr. Mauro** junto à Secretaria de Planejamento, foi utilizado o montante de **R\$ 75 milhões** dessa conta de multas para abater a necessidade de recursos da Conta Sistema no fechamento do ano.
- **Serviço Atende+:** A Sra. Selma informou que há uma demanda reprimida de **6.790** pedidos. Em dezembro, foram realizados **19.146** atendimentos, com a utilização de uma frota de **662** vans.
- **Esclarecimentos sobre o Aumentos de Desembolsos em dezembro - Conta Gestão:** a Sra. Selma explicou que em dezembro de 2025 houve um aumento nos desembolsos com Pessoal devido ao pagamento retroativo do acordo coletivo (a partir de maio), 13º salário, férias e encargos. Informou que a SPTrans utilizou recursos próprios para aquisição de um hardware e para pagamento do Programa de Demissão Voluntária (PDV), conforme autorização da Junta Orçamentário-Financeira (JOF). Esclareceu que o saldo de recursos próprios no início do ano era de **R\$ 130 milhões** e encerrou em **R\$ 39,4 milhões** (que estão quase totalmente comprometidos com o PDV e futuros investimentos).
- **Estratégia para Fechamento das Contas de Gestão e Análise Orçamentária:** A Sra. Selma expôs que, devido ao congelamento orçamentário e à indisponibilidade de utilizar recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustíveis) a tempo (por dificuldades de parecer jurídico de última hora), a SPTrans precisou utilizar a prerrogativa dos artigos 25, 26 e 27 da *Lei nº 13.241/2001*, que permite usar até **3,5%** das receitas do sistema de transporte (**R\$ 50 milhões**), e **R\$ 16 milhões** de recursos próprios para fechar o ano de 2025 no Contrato de Gestão. Explicou que a dotação orçamentária inicial prevista na LOA era de **R\$ 423 milhões**, porém **R\$ 96 milhões** foram anulados, resultando em **R\$ 327 milhões** disponíveis para a SPTrans.
- **Programa de Investimento e Eletrificação da Frota:** a Sr. Selma explicou que o Programa de Investimentos, em convênio com a Secretaria, trata de corredores e terminais, com recursos estritamente vinculados, sobretudo do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB). Em 2025, foi pago **R\$ 1,3 bilhão** em subvenção para a eletrificação da frota. Atualmente, existem **989** veículos elétricos em operação, e **923** foram subvencionados Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal.

- **Dúvidas sobre o Aumento do Custo do Sistema e Tarifa Técnica:** O Sr.

Adolfo questionou qual foi o aumento efetivo do custo total do sistema de 2024 para 2025. A **Sra. Selma** informou que o custo do sistema em 2024 foi de **R\$ 11,780 bilhões**, subindo para **R\$ 12,768 bilhões** em 2025, um aumento de **R\$ 1 bilhão**. A previsão para o aumento do subsídio em 2026 é de **R\$ 700 milhões**, chegando a **R\$ 8,35 bilhões** aproximadamente. Além disso, o **Sr. Adolfo** calculou e a **Sra. Selma** confirmou que a "tarifa técnica" atual (sem nenhum subsídio) estaria orçada em **R\$ 12,00**.

Não havendo mais dúvidas por parte dos senhores conselheiros, a **Sra. Selma Quaresma da Silva** foi liberada.

6. Acompanhamento Mensal

6.1. RD (Atas de Reuniões da Diretoria Executiva de nº 041 a 043/25)

- o **Questionamento sobre Gestão da Folha de Pagamento:** O **Sr. Enzo** analisou a RD 041, item 3, referente à gestão da folha de pagamento pela Caixa Econômica Federal a título gratuito (sem custo). Sugeriu, embasado na prática da Prefeitura, que a SPTrans promovesse um chamamento público ou licitação para que instituições financeiras pagassem pela exclusividade de gerir a folha de pagamento da empresa, gerando assim uma nova receita. O **Dr. Mauro** que essa possibilidade não havia sido explorada, mas considerou ser uma ótima sugestão e comprometeu-se a dar andamento à análise de viabilidade de mercado.
- o **Ausência de Anexo em Ata:** O **Sr. Enzo** apontou que, na Ata nº 43, item 5, houve menção ao Relatório à Diretoria "DG03225", mas o documento não constava no pacote enviado aos conselheiros. O **Sr. Antonio Filho** comprometeu-se a enviar o documento.

6.2. CONSAD (Ata da reunião do Conselho de Administração de nº 001/2026)

- o Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

6.3. CAE (Ata da reunião do Comitê de Auditoria Estatutário de nº 011/2025)

- o Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

6.4. Folha de Pagamento e Movimentação de Pessoal (novembro/2025)

- o Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

6.5. Licitações e Contratos - Novos e Encerrados (dezembro/2025)

- o **Recusa de Acesso a Processo Licitatório de Consultoria:** O **Sr. Adolfo**

Cascudo Rodrigues relatou ter solicitado vista a um processo de contratação por dispensa de licitação no valor de **R\$ 15 milhões** (consultoria de governança corporativa), contudo, houve uma divergência interpretativa por parte da gestão do contrato (SPTrans) que restringiu o acesso por considerar o tema estranho às competências do Colegiado. O **Sr. Adolfo** invocou o artigo 163, parágrafo 2º da Lei 6.404/76, afirmando tratar-se de uma prerrogativa inegociável do Conselho Fiscal. Sugeriu que, se o acesso fosse barrado, deveria ser enviada uma consulta oficial ao jurídico da SPTrans para fundamentar formalmente a recusa.

- o **Intervenção da Diretoria para Liberação:** O **Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli** adiantou que se tratava de uma empresa indicada pela SMIT, que o contrato previa pagamento apenas mediante a entrega do produto e contava com uma estrutura de quatro fiscais de contrato devido ao seu escopo focado em governança.
- o **Questionamento do Motivo para Dispensa de Licitação:** a **Sra. Adriana Azevedo Pannunzio** questionou a contratação por dispensa de uma empresa de consultoria por **R\$ 15 milhões** sem justificativa aparente. O **Dr. Mauro** afirmou que a justificativa e o embasamento de valor estariam no próprio processo.

6.6. Relatórios da Ouvidoria (novembro de 2025)

- o **Retorno sobre a Revisão da Formatação do Relatório da Ouvidoria:** O **Sr. Antonio Filho** informou que, conforme solicitado em reuniões anteriores, encaminhou os apontamentos sobre a formatação do relatório à Assessora Técnica do Diretor-Presidente, **Dra. Daniela Attab Del Nero** (com ciência do **Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli**) e relatou que o material com a nova estrutura deverá ser apresentado possivelmente na competência do mês de janeiro.

7. Outros Assuntos de Interesse da Companhia

- **Acompanhamento da Auditoria Independente (Russell Bedford):** O **Sr. Enzo** questionou se houve regularização e novidades nos trabalhos da Russell Bedford. O **Sr. Sebastião Pereira Ramos** confirmou que a empresa iniciou os trabalhos desde o começo de dezembro, teve seu plano de trabalho aprovado e estava em vias de entregar o primeiro relatório de avaliação de controles internos (RACI). Informou também que estavam efetuando o *follow-up* das recomendações do ano anterior, e que apresentaria os resultados apurados aos conselheiros futuramente.
- **Indicação e Formalização de Suplentes do Conselho:** O **Sr. Enzo** pediu atualizações sobre o andamento da nomeação dos conselheiros suplentes. O **Sr. Antonio Filho** reportou que a **Dra. Daniela Attab** já havia encaminhado a

documentação e que aguardavam o retorno para as nomeações.

- **Atualização do Plano de Metas da Diretoria Administrativa e Plano de Trabalho do Conselho Fiscal:** O **Sr. Enzo** ressaltou a pendência sobre a apresentação do Plano de Metas da Diretoria Administrativa e a postergação do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal. O **Dr. Mauro Voltarelli** confirmou que o compilado de metas será exposto na reunião de fevereiro. Quanto ao Plano de Trabalho do Conselho, o **Sr. Antonio Filho** sugeriu assinar um plano preliminar, tendo em vista que a avaliação da área de TI foi postergada porque o responsável anterior (**Sr. Maurício de Moraes**) saiu da Companhia e o tema (fraude contra a bilhetagem) carecia de um novo responsável. Concordaram em assinar um plano parcial em fevereiro e o documento definitivo antes do novo plano para 2027.
- **Início de Processo para Nova Licitação de Auditoria Externa (2026):** O **Sr. Sebastião Pereira Ramos** informou que a área de auditoria interna iniciou o levantamento para preparar o certame da nova auditoria independente que atuará a partir de 2026. Em resposta ao **Sr. Adolfo**, o **Sr. Sebastião** esclareceu que a SPTrans utiliza o critério de concorrência por "Técnica e Preço" para este tipo de contratação, balizada por deliberação específica em Ata do CONSAD de 2018. O **Sr. Adolfo** agradeceu, indicando que a informação seria útil para os debates do COGEAI junto aos conselhos de outras estatais.

Esgotada a pauta e não havendo mais considerações, o secretário, **Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho**, agradeceu a presença de todos e declarou oficialmente encerrada a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da SPTrans de 2026 às treze horas e três minutos.

PONTOS CONSIGNADOS EM ATA

- **Formatação do Relatório de Passivo Contingente:** O Sr. Adolfo Cascudo Rodrigues solicitou que a equipe jurídica utilize, a partir da próxima reunião, a planilha de formatação usada no DECAP, apresentada durante a sessão, a fim de facilitar a conciliação dos dados de passivo "provável" (trabalhista, cível e tributário) com o passivo não circulante contabilizado no balancete da companhia.
- **Periodicidade das Apresentações Jurídicas e de Órgãos de Controle:** Fique consignado em ata, por decisão unânime dos conselheiros e em observância às diretrizes do COGEAI, que as apresentações de atualização do Passivo Contingente e das recomendações extraordinárias do Tribunal de Contas do Município (TCM) ocorrerão com periodicidade trimestral. Adicionalmente, ficou estabelecido que as apresentações referentes ao Relatório Anual de Fiscalização (RAF) do TCM serão realizadas anualmente no mês de julho, contemplando o RAF de dois exercícios anteriores e a ciência do RAF do ano imediatamente anterior.

- **Inclusão de Condenações Encerradas nos Relatórios de Ações Judiciais:** O Sr. Enzo Lucio Ondei solicitou que os pagamentos de pensões vitalícias decorrentes de ações cíveis antigas e já encerradas (acidentes de trânsito/trabalho) passem a integrar as estatísticas orçamentárias anuais acumuladas nos próximos relatórios de ações judiciais apresentados ao Conselho, para fins de controle gerencial do gasto efetivo.
- **Acesso Irrestrito aos Processos Licitatórios:** É ponto de destaque e fique consignado em ata a ocorrência da recusa inicial por parte da gestão do contrato SPTrans em ceder acesso a um processo de dispensa de licitação de consultoria (no valor de R\$ 15 milhões) aos conselheiros. Ratificou-se a prerrogativa inegociável do Conselho Fiscal (baseada no artigo 163, § 2º da Lei 6.404/76) de acessar quaisquer documentos e contratos corporativos, ficando sob responsabilidade do Dr. Mauro Antônio Gumiero Voltarelli e do Sr. Waldomiro Carlos Moreira (licitações) garantir imediatamente a transparência e disponibilização sistêmica do processo, sob pena de questionamento formal à área jurídica da SPTrans.
- **Estudo para Rentabilização da Folha de Pagamento:** O Sr. Enzo Lucio Ondei sugeriu que a SPTrans estude a viabilidade de adotar o modelo utilizado pela Prefeitura Municipal, realizando uma licitação ou chamamento onde os bancos pagassem pelo direito exclusivo de administrar a folha de pagamento dos funcionários, em substituição ao modelo atual firmado "sem custo" com a Caixa Econômica Federal.
- **Acompanhamento de Outros Assuntos Pautados:** Fique consignado em ata a pedido do Sr. Antonio Claudiner Facetto Filho a inclusão, para monitoramento contínuo nas próximas reuniões, do status de formalização dos conselheiros suplentes na Secretaria de Governo, da apresentação do Plano de Metas e da atualização/assinatura do Plano de Trabalho do Conselho Fiscal de 2026.



Enzo Lúcio Onde
Conselheiro(a) Fiscal
 Em 29/05/2026, às 16:40.



Adolfo Cascudo Rodrigues
Conselheiro(a) Fiscal
 Em 29/05/2026, às 16:41.



Carlos Roberto Ruas Junior
Conselheiro(a) Fiscal
 Em 29/05/2026, às 16:47.



Vicente Affonso Oliveira Calvo
Conselheiro(a) Fiscal
Em 07/07/2026, às 17:38.



Adriana Azevedo Pannunzio
Conselheiro(a) Fiscal
Em 15/07/2026, às 13:23.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **158332074** e o código
CRC **53DC0641**.

Referência: Processo nº 5010.2026/0004545-2

SEI nº 158332074